



Campeonato Brasileiro

Clubes se articulam para vetar gramados sintéticos em 2025

— Maioria dos integrantes da Série A é a favor da proibição: nada muda agora, mas CBF vai avaliar

LEONARDO CATTO

O Campeonato Brasileiro de 2024 ainda nem começou – o início será em 13 de abril –, mas já há uma discussão que pode levar a uma mudança significativa na competição de 2025. O tema são os gramados sintéticos. Boa parte dos clubes é contra sua utilização e o assunto esteve presente na reunião do Conselho Técnico que aprovou novidades para o torneio deste ano.

O encontro aconteceu terça-feira, na sede da CBF, no Rio e, além de representantes da entidade e dos clubes, teve a participação da Federação Nacional dos Atletas Profissionais de Futebol (Fenapaf). Na Série A, apenas Athletico-PR, Botafogo e Palmeiras mandam seus jogos em estádio com grama sintética – o Atlético-MG tem planos de instalar grama sintética na Arena MRV. Há

mobilização de outros clubes para um veto aos “tapetes”. Por isso, um comitê vai passar a debater a questão, prevendo possível proibição, mas não há chances de isso acontecer ainda em 2024. Para 2025, essa é uma possibilidade.

Entre os clubes, é possível perceber defensores mais intensos em cada um dos lados. Leila Pereira, presidente do Palmeiras, defende a manutenção dos gramados sintéticos. Até um desempenho baixo diante de adversários como São Paulo, Flamengo e Fluminense é citado como argumento de que gramados artificiais não representam vantagem para os times que os têm.

Do outro lado, os críticos da grama sintética apontam prejuízos na performance esportiva e aumento de lesões. A CBF não considera as análises feitas até agora como conclusivas e quer chegar a uma avaliação própria a partir de uma

consultoria estrangeira e de uma comissão de médicos. O debate será levado também a representante dos clubes da séries B, C e D.

Sergio Schildt, presidente da Recoma, empresa especializada em infraestrutura esportiva e que já instalou mais um milhão de metros quadrados



Allianz Parque é um dos 3 estádios com grama sintética na Série A

tiúso do estádio”, pontua.

O assunto é mais um elemento na rivalidade entre Palmeiras e São Paulo. Os clubes estão com relações acirradas desde o clássico disputado no domingo no Morumbi (1 a 1). Nos últimos anos, o Tricolor relata lesões importantes ocorridas no Allianz Parque.

LADOS OPOSTOS. Um grupo formado pelo São Paulo, como representante da Libra, e outros quatro clubes da Liga Forte Futebol (LFF) é contra o grama artificial. O contra-argumento palmeirense é a falta de discussão sobre a qualidade mínima dos gramados naturais. Em 2023, Maracanã, Mineirão e Mané Garrincha (usado na Série A) foram alguns dos estádios criticados pela grama. A CBF ainda não se posiciona, mas deixa claro que o veto aos sintéticos só seria possível a partir do próximo ano.

Uma das dificuldades nos es-

tádios com grama natural é a recuperação do campo, que costuma receber dois jogos por semana. Em 2023, o estádio carioca sediou mais de 70 partidas. O Mineirão, 32.

Os shows em estádios também prejudicam a recuperação da grama natural, como a chuva. Por outro lado, a grama sintética não é garantia de qualidade após uma apresentação. Um caso que ilustra isso é a reclamação de Abel Ferreira sobre as “miçangas” deixadas no Allianz Parque após apresentações da cantora Taylor Swift.

Para o Brasileiro deste ano, o Conselho Técnico aprovou algumas mudanças. O limite de jogadores estrangeiros passa de sete para nove, os árbitros vão explicar ao público no estádio todas as decisões revisadas com auxílio do VAR; e o Brasileiro será paralisado nas Datas Fifa (mas não durante a Copa América, como queriam os clubes). ●

Justiça

Condenação a Nuzman por compra de voto por Jogos do Rio é anulada

RICARDO MAGATTI

O Tribunal Regional Federal da 2.ª Região (TRF2), no Rio de Janeiro, anulou ontem três condenações do ex-governador Sérgio Cabral na Operação Lava Jato e também do ex-presidente do Comitê Olímpico do Brasil, Carlos Arthur Nuzman no caso em que é acusado de pagamento de propina para definir o Rio como sede dos Jogos Olímpicos de 2016. As sentenças anuladas eram referentes às ações penais das fases Unfairplay, Rataouille e C'est Fini, desdobramentos de investigações conduzidas pela força-tarefa de procuradores do Rio. A decisão anula a sen-

tença imposta pelo juiz Marcelo Bretas, da 7.ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro.

Seguindo a linha do que vem sendo decidido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em outras operações da Lava Jato, no caso dos processos da Unfairplay e Rataouille os desembargadores concluíram que o juiz Marcelo Bretas, da 7.ª Vara Federal Criminal do Rio, não tinha competência para julgar os casos.

Todas as decisões tomadas por Bretas, do recebimento da denúncia à condenação, foram anuladas. Os processos serão redistribuídos na Justiça Federal e deverão recomear do zero. Em relação à Operação C'est Fini, o TRF2 entendeu

que a Justiça Federal não tinha competência para julgamento. A ação será encaminhada à Justiça Estadual e também deverá ser retomada do início.

Em comunicado, o advogado de Nuzman, José Francisco Neto, afirmou que Bretas “demonstrou não ter isenção, cometeu diversas arbitrariedades, se aliou ao Ministério Público e avocou para si um processo que não era de sua alçada”. Segundo a defesa do ex-presidente do COB, o tribunal “fez valer a Constituição e impediu a perpetuação da violência jurídica”.

Nuzman havia sido condenado no âmbito da Unfairplay e da C'est Fini. A primeira investigava pagamento de propinas para membros do Comitê Olímpico Internacional (COI) em troca de votos para o Rio. A segunda denúncia era sobre o pagamento de propina em troca de contratos de obras públicas. O caso ficou conhecido porque atingiu protagonistas da “farra dos guardanapos”.

A ação penal poderá ser retomada por outro juiz, mas

Nuzman pode ser beneficiado. O ex-cartola tem 81 anos e existe a possibilidade de o crime estar prescrito, uma vez que o prazo para abertura de processo contra idoso é mais curto.

Descrito como o “principal idealizador do esquema”, Nuzman recebeu a pena mais alta, de 31 anos, 11 meses e oito dias de reclusão em regime inicial fechado pelos crimes de crimes

Pena era pesada
Nuzman havia sido condenado a 31 anos, 11 meses e 8 dias de prisão; ficou só 15 dias preso

de corrupção passiva, organização criminosa, lavagem de dinheiro e evasão de divisas. O dirigente renunciou à presidência do COB por meio de uma carta assinada da prisão. Ele ficou 15 dias detido e foi solto graças a habeas corpus do Superior Tribunal de Justiça (STJ). ●

O MELHOR DA TV

FÓRMULA 1

● GP da Arábia Saudita
Treinos Livres
10h30 e 14h / BandSports

TÊNIS

● ATP e WTA Indian Wells
Primeira Rodada
16h / ESPN 2

FUTEBOL

● Liga Europa
Milan x Slavia Praga
17h / Cultura
● Copa do Brasil
Vasco x Água Santa
20h / SporTV e Premiere

VÔLEI

● Superliga Feminina
Pinheiros x Brasília
18h15 / SporTV 2
Sesi-Bauru x Bluvolei
20h30 / SporTV 2

BASQUETE

● NBA
Miami Heat x Dallas Mavericks
21h30 / Prime Video
Boston Celtics x D. Nuggets
23h59 / Prime Video